

ATA N.º 07 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESTADUAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1 Aos onze de outubro de dois mil e dezessete aconteceu no Centro de Referência em
2 Juventude, localizada na Rua Guaicurus número 50 no bairro Centro em Belo
3 Horizonte a sétima reunião ordinária da Comissão Estadual de Desenvolvimento
4 Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG). A
5 reunião foi iniciada às 09 horas e 45 minutos com a apresentação dos presentes. Em
6 seguida, se passou a leitura da ata da reunião anterior que, com alterações, foi
7 aprovada por todos os presentes. Em sequência passou-se aos informes. João Pio fez
8 o informe sobre a justificativa de ausência de alguns integrantes da comissão e o sobre
9 o esforço da Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) e da Secretária
10 de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) para
11 garantir a participação de todos os integrantes da comissão, tanto Sociedade Civil
12 como o Poder Público. O segundo informe foi apresentado pela Cacique Baiara que
13 apresentou um documento que informa sobre a situação da Comunidade Indígena
14 Gerú Tucunã Pataxó e as reivindicações. Leonardo Vieira de Faria do Instituto Estadual
15 de Florestas (IEF) sugeriu que fosse encaminhado um documento ao Diretor Geral do
16 IEF cobrando que sejam tomadas as providências junto ao Gerente da Unidade de
17 Conservação. João Pio informou sobre a audiência pública do dia 30 de agosto em que
18 o IEF se comprometeu a elaborar uma proposta para resolução desse caso. Além
19 disso, informou que a SEDPAC procedeu com orientações a comunidade para
20 realização de Boletim de Ocorrência contra os sujeitos que o estavam ameaçando. A
21 comissão aprovou o documento repassado pelo Cacique e delibera pelo envio de ofício
22 em nome da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais as autoridades
23 competentes. Informe de Sula, representante do Povo Circense, informa que o circo está
24 com dificuldade de entrar nas cidades, já que as prefeituras estão aplicando altas taxas
25 sobre o uso dos espaços, além da impossibilidade que os circenses encontram ao
26 buscar atendimento médico ou direito a educação. João d'Angelis, Diretor Técnico da
27 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), informa que tem feito
28 um esforço de ministrar cursos para os servidores das regionais com o objetivo de
29 prepara-los para receber e acolher as diferenças dos Agricultores Familiares e também
30 dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ademais, informa que a distribuição de

31 sementes através de convenio firmado com a União será distribuído prioritariamente
32 aos Povos e Comunidades Tradicionais e Assentados pela Reforma Agraria, além de
33 expor que esse público também terá preferência em convênios de distribuição de água
34 potável. Orlando e outros denunciam que em várias localidades e regionais da
35 EMATER, os funcionários são mais próximos da prefeitura e, por muitas vezes,
36 descumprem ordens. João se comprometeu com a Comissão dizendo que onde houver
37 um servidor que esteja descumprindo ordens serão abertos processos administrativos.
38 Orlando propõe ainda formações para os técnicos das regionais sejam realizadas em
39 conjuntos com os Povos e Comunidades Tradicionais. João Pio informou sobre
40 formação de Conselheiros Tutelares que será ministrado pela Coordenadoria da
41 Infância e Adolescência do Norte de Minas acerca da Resolução 181 que debate sobre
42 crianças e adolescentes integrantes de Povos e Comunidades Tradicionais. Clara
43 Maranha fez um informe sobre a Comunidade de Canabrava em que foi expedido
44 ordem de prisão contra integrantes da Pastoral de Pescadores; foi proposta e aprovado
45 a elaboração de uma carta em repudio a ação assinada pela Comissão. Passou-se
46 então a leitura, alteração e aprovação da ata referente a 6ª Reunião Ordinária da
47 Comissão. João Pio procedeu os informes acerca dos encaminhamentos posteriores a
48 última reunião. Orlando Santos, solicitou uma questão de ordem para tratar do
49 Quilombo da Lapinha; solicita que seja enviado à Comissão de Direitos Humanos da
50 Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Zila passa ao relato sobre o conflito entre o
51 IEF e o Quilombo que se destaca a figuração da violência por parte do Estado. Maria
52 de Fatima enfatiza que este é apenas um relato de conflito entre parques e povos e
53 comunidades tradicionais. Propõe a criação de um trabalho na comissão que
54 encaminhe a audiência pública com as comissões de direitos humanos e comissão de
55 meio ambiente da ALMG. Segundo André, a ideia é iniciar imediatamente a
56 desafetação ou recategorização dos parques. Felicia resgata que na criação da
57 Câmara Técnica sobre Conflitos Socioambientais em áreas de parques estaduais e as
58 comunidades tradicionais, o IEF afirmou estar disposto e empenhado na resolução dos
59 problemas, portanto, o relato sobre o Quilombo da Lapinha é figuração do desrespeito
60 com a Comissão. Após, Alexandre Chumbinho da SEDA apresentou as questões
61 referentes ao Decreto que regulamenta a 21.147/2014 e se comprometeu que seria
62 publicado ainda em 2017. Em seguida, abriu-se para debate no plenário a Minuta da
63 Instrução Normativa e o Termo de Compromisso elaborado pela Câmara Técnica sobre
64 Conflitos Socioambientais em áreas de parques estaduais e as comunidades

65 tradicionais. Após a aprovação, João Pio passou o informe acerca da confecção das
66 carteirinhas de identificação para integrantes da Comissão. Sula destaca os problemas
67 que os circenses enfrentam na área de saúde e educação e João Pio propõe elaborar
68 um documento informando sobre os direitos do Povos de Circo que seja encaminhado
69 as prefeituras de todo estado. Foi encaminhado um Grupo de Trabalho para construir
70 estratégias de atendimento das demandas do povo de circo composto pelas
71 Secretárias de Saúde, Educação, Direitos Humanos Participação Social e Cidadania,
72 SEDESE, IEFA, CIMOS. Em seguida, a Presidência agradeceu a presença de todos e
73 deu por encerrada a reunião às 18h18min. Sem mais nada a relatar, eu, Geraldo Vitor
74 de Abreu, Secretário Executivo da CEPCT-MG, lavrei a ata, que vai assinada por mim
75 e pelo Senhor Presidente.

76

77

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2017.

Geraldo Vitor de Abreu
Secretário Executivo da CEPCT-MG

João Carlos Pio de Souza
Presidente da CEPCT-MG